

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX.**

**IDOSO TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL**

**Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade n. XXXXXX e inscrita no CPF sob o n. XXXXXXXX, re, residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXX, CEP:XXXXXXX, telefones: XXXXX e XXXXXX vêm, via ***Defensoria Pública do Distrito Federal***, com fundamento no artigo 1º e seguintes da Lei 6.858/80, requerer o presente

**ALVARÁ JUDICIAL**

visando ao levantamento e saque de importâncias pecuniárias relativas aos saldos em conta corrente e poupança, depositada no Bancos tal, bem como os valores referentes ao FGTS E PIS/PASEP e Seguro Desemprego na Banco tal, em nome do falecido **Fulano de tal**, que, quando em vida, tinha as seguintes qualificações: nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade n. XXXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXXX, residente e domiciliado no mesmo endereço dos genitores, qual seja :XXXXXXXXXXXXX, CEP:XXXXXX, passando a aduzir as razões que seguem:

A Requerente é genitora do falecido **Fulano de tal**, cujo óbito deu-se em XX/XX/XXXX, conforme instrumento registrado sob matrícula nº XXXXXXXX do ° Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de XXXX, localizado no endereço XXXXXXXXXXXX

**O extinto era filho de Pai de tal e da Sra. Mãe de tal, não deixou filhos, nem deixou bens a inventariar.** No entanto, era detentor do direito de receber importâncias retidas nas suas contas-correntes, quais sejam no Banco Tal e Banco Tal, saldo oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), PIS/PASEP, bem como valores oriundos de seguro desemprego, cujos valores são desconhecidos.

A Requerente e o seu cônjuge Fulano de tal são os únicos herdeiros do falecido, conforme consta na declaração de inexistente de dependentes do INSS, sendo que necessitam levantar as importâncias relativas aos depósitos supracitados.

Destarte, em face da impossibilidade de levantamento e saque das importâncias retidas sem a devida autorização judicial, alternativa não teve a Requerente senão buscar o Judiciário.

Outrossim, estabelece a Lei 6.858/80, em seu artigo 1º, disposição que regula a espécie, que:

*“Art. 1º. Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.”*

Assim sendo, necessária a intervenção judicial no sentido de autorizar a Requerente a efetuar o levantamento e saque das quantias depositadas junto ao Banco Tal, Banco Tal e Banco Tal em contas *de cujus* **Sr. Fulano de tal**, à razão de XX% (XXXXXXXX).

**ANTE O EXPOSTO, REQUER:**

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- b) que seja expedido ofício ao Banco Tal, Banco Tal e Banco Tal, a fim de que essas instituições informem os saldos existentes em nome de **Fulano de tal**, referente às importâncias depositadas junto ao Banco Tal e Banco Tal referentes aos saldos em conta corrente e poupança, além dos saldos oriundos do seguro desemprego na Banco Tal, tanto referente ao PIS/PASEP, FGTS;
- c) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar a Requerente Fulano de tal, a efetuar o levantamento e saque, na proporção de XX% (XXXXXXXX) para cada das importâncias depositadas junto ao Banco Tal, tanto referente ao PIS/PASEP, FGTS e valores oriundos do seguro desemprego e valores depositados no Banco Tal e Banco Tal referentes a conta corrente e poupança em nome de Fulano de tal.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ XXXXXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX

XX/XX/XX

XX:XX:XX

**Fulano de tal**  
*Requerente*

**Fulano de tal**  
*Defensor Público*

**Fulano de tal**  
*Colaboradora Mat. XXX*

**ROL DE TESTEMUNHAS**

Fulano de tal, residente e domiciliada na XXXXXXXX, telefone: XXXXX.

Fulano de tal, residente e domiciliada XXXXXX, telefone: XXXXXX

Fulano de tal, residente e domiciliada no XXXXXXXXX, telefone: XXXXXX